



PLANO DE SALVAGUARDA

MATRIZES TRADICIONAIS DO FORRÓ

ESTRATÉGIA LOCAL DE ATUAÇÃO
IPHAN-BA

Introdução

O presente relatório trata do processo realizado junto aos detentores das Matrizes Tradicionais do Forró no Estado da Bahia para a elaboração das ações de salvaguarda que integrarão o Plano de Salvaguarda nacional desse Bem Cultural, registrado no ano de 2021. As ações aqui apresentadas foram desenvolvidas em uma série de reuniões virtuais realizadas com os detentores do Bem Cultural, membros, principalmente, de duas organizações representativas dos forrozeiros na Bahia: o Fórum Forró de Raiz e a Associação Cultural Asa Branca dos Forrozeiros da Bahia.

A elaboração das ações de salvaguarda partiu de uma discussão anterior, travada entre os detentores ainda no âmbito do Registro das Matrizes Tradicionais do Forró, quando, principalmente os membros do Fórum Forró de Raiz, organização diversa e capilarizada em diferentes estados e municípios do nordeste, produziu o documento intitulado “Plano de Salvaguarda do Forró”. Este documento foi elaborado nas reuniões de mobilização dos forrozeiros do estado da Bahia realizadas pelo Fórum durante o período de instrução processual do Registro e seguiu a organização própria dos detentores,

com pouca ingerência do Iphan. Utilizamos tal documento como ponto de partida para as ações de salvaguarda aqui apresentadas, permitindo incorporar e enriquecer o debate adaptando-o ao contexto das políticas patrimoniais do Iphan.

Apresentamos abaixo a metodologia utilizada por nós, Bruno Huyer, Marina Barreto e Edson Borges, técnicos da Superintendência da Bahia envolvidos nesse processo, para fomentar a proposição dos detentores de novas ações de salvaguarda, assim como aprofundar o conhecimento dos mesmos sobre a política nacional de patrimônio imaterial e sobre os eixos de atuação institucional do Iphan junto aos bens registrados e seus detentores.

As reuniões

Diante da impossibilidade de realizarmos reuniões no interior do estado e em conversa com os detentores que já estavam mobilizados desde o contexto de registro do bem, optamos por realizar reuniões virtuais para discutir e consolidar as ações de salvaguarda das Matrizes Tradicionais do Forró no contexto baiano. Dessa forma, embora o formato virtual tenha dificultado algumas dinâmicas de participação na construção do plano, já que tal formato tende a engessar as possibilidades de interação entre os participantes, ele permitiu a participação simultânea de forrozeiros localizados em diferentes municípios baianos e que teriam dificuldade de se deslocar a uma localidade específica para reuniões presenciais durante a semana.

No total, foram realizadas quatro reuniões virtuais. A forma de organização e mobilização dos detentores ocorreu por meio de um grupo criado no aplicativo de mensagens *Whatsapp* chamado “Salvaguarda Forró Bahia” e, como mencionado anteriormente, a base dos participantes foi formada por integrantes do Fórum Forró de Raiz, organização bastante presente no registro do bem e atuante em diferentes estados do nordeste, e a Associação Cultural Asa Branca

dos Forrozeiros da Bahia, que também participou de algumas fases do registro do bem e que conta com uma diversidade importante de segmentos do Bem.

A primeira reunião ocorreu no dia 16 de agosto, quando apresentamos o dossiê de Registro do Bem, trazendo, principalmente, os pontos relativos à Bahia. A maioria dos detentores não tinha conhecimento profundo sobre os conteúdos do dossiê e apontou, como impressão geral, pouca presença da Bahia no documento. Além do dossiê, apresentamos os principais pontos da política de salvaguarda, destacando os eixos e ações que compõem os Planos de Salvaguarda e o escopo de ação institucional do Iphan junto ao Patrimônio Imaterial. No fim da reunião, discutimos e votamos um cronograma para as próximas reuniões que proporcionasse maior participação dos detentores na proposição das ações que seriam consolidadas no Plano de Salvaguarda final.

Na segunda reunião, realizada no dia 30 de agosto, utilizamos uma metodologia específica para traçar uma avaliação geral de riscos, de problemas e dificuldades enfrentadas pelos detentores na sua experiência cotidiana com o bem cultural. Elaboramos, durante a reunião, um mapa mental coletivo a

partir de uma ferramenta online projetada na reunião virtual. O mapa pode ser conferido no anexo I deste relatório. No mapa, pudemos visualizar e discutir de forma coletiva os problemas enfrentados por cada um dos participantes seguindo a base de caracterização do Bem presente no dossiê de Registro. Discutimos coletivamente as dificuldades enfrentadas pelos músicos, proprietários de casas de show/festivais, dançarinos/as, entusiastas, instrumentistas, instituições públicas, entre outros.

Para o segmento dos músicos e das **bandas de forró**, foram destacadas as seguintes dificuldades:

a) Disparidade de cachês para grupos de forró e outras bandas, sobretudo aqueles artistas de grande porte; b) Desvalorização das profissionais mulheres; c) Desvalorização dos mestres/as forrozeiros; d) Baixa qualidade dos músicos; e) Informalidade e falta de profissionalização; f) Desvalorização do forró tradicional e dos forrozeiros; g) Bandas que se apresentam como forrozeiras, mas fogem das categorias tradicionais do gênero;

Para o segmento das Casas de show e festivais, foram destacadas as seguintes dificuldades: a) Transformação das festas juninas em festas genéricas; b) Poucos ambientes/casas de forró na Bahia; c) Excesso de sazonalidade; d) Ausência de palco para o forró tradicional nas festas juninas;

Com relação aos **Serviços e instituições públicas**, foram destacadas as seguintes dificuldades: a) Falta de incentivos fiscais; b) Falta de assessoria técnica para cadastros e participação em editais; c) Falta de acesso aos recursos tecnológicos, estúdios de gravação, públicos e gratuitos; d) Falta de incentivo para cultura local; e) Inexistência de palcos e espaços públicos para apresentação e fruição dos artistas (principalmente em Salvador)

Com relação aos **Instrumentos (pífano, rabeca, zabumba, sanfona, triângulo)**, foram destacadas as seguintes dificuldades: a) Falta de músicos que saibam tocar rabeca; b) Diminuição de praticantes de sanfona de oito baixos (músicos raros e caros); c) Falta de continuidade do pífano; d) Desvalorização dos antigos sanfoneiros e falta de renovação dos saberes entre os mais jovens; e) Baixa oferta de serviços de manutenção em acordeon e escassez de técnicos;

Para **Espaços educacionais**, foram destacadas as seguintes dificuldades: a) Poucas escolas de música voltadas para o forró na Bahia (cursos, escolas públicas e particulares); b) Necessidade de implantação e valorização do forró na sala de aula; c) Ausência dos festejos e quadrilhas juninas nas escolas;

Outros problemas que foram levantados: a) Falta de trabalho coletivo dos forrozeiros e entidades; b) Ausência de um centro de referência para o forró; c) Falta de capacitações para os forrozeiros; d) Invisibilidade feminina

na história do forró; e) Falta de mapeamento e cadastramento dos artistas da Bahia;

Além disso, apontaram possibilidade de parcerias institucionais para além do Iphan, como as universidades federais, a rede de ensino básico, os conservatórios de música, as escolas de dança, lojas de instrumentos musicais, e as ordens dos músicos.

Como vemos, a construção do mapa foi um processo amplo e coletivo de discussões de problemas e, em alguns momentos, de uma primeira elaboração de repostas propositivas a eles. A divisão entre segmentos e campos dentro do Forró foi sendo feita a medida que avançávamos na discussão, obedecendo mais a chuva de ideias que passamos a produzir coletivamente do que um rigor mais apurado na diferenciação entre segmentos.

Todas as dificuldades surgidas no mapa mental foram incorporadas como base inicial para a proposição das ações de salvaguarda apresentadas – o que passou a ser produzido a partir da terceira reunião, no dia 14 de setembro, quando elaboramos exemplos de ações de salvaguarda para superar os problemas e dificuldades discutidos durante a feitura do mapa mental coletivo, desenvolvendo, portanto, um pensamento estratégico voltado para a salvaguarda do bem cultural a longo prazo. Nessa reunião, começamos a elaborar propostas

de ações de salvaguarda que os detentores imaginavam importantes para a preservação e continuidade do bem, organizando as ações de acordo com as demandas, objetivos e eixos da política nacional de patrimônio imaterial.

Depois dessa primeira série de reuniões, os detentores passaram a entender melhor a política, os eixos de atuação do Iphan, a legislação correspondente, assim como os problemas que diferentes segmentos enfrentam na atuação junto ao Bem. Dessa forma, passaram a desenvolver um pensamento impessoal e estratégico necessário para as políticas públicas voltadas à salvaguarda do Patrimônio Imaterial. Além disso, a essa altura já tínhamos um primeiro esqueleto com ações discutidas coletivamente durante as reuniões. Com isso, programamos um mês de intervalo para que todos pudessem nos enviar propostas de ações de acordo com suas localidades por meio do grupo de *Whatsapp* ou por e-mail. Depois de recebermos algumas ações, elaboramos um primeiro esboço do Plano de Salvaguarda do Forró BA compilando todo o material já produzido e enviado. Esse primeiro esboço de Plano foi apresentado em nossa última reunião, ocorrida no dia 11 de outubro, quando coletivamente fomos ajustando as ações, adicionando outras, e fechando o texto final. Ao final da reunião, todos aprovaram o plano de salvaguarda elaborado.

Desafios identificados durante as reuniões:

- a) Dificuldade dos detentores de se desvincularem de antigas dissidências dentro dos grupos de mobilização do Forró;
- b) Busca interna pelo monopólio na tomada de decisão a partir da criação de estruturas burocráticas e hierárquicas vinculadas à salvaguarda do Bem;
- c) Desafio de se passar de um pensamento individual, preocupado com demandas pessoais mais urgentes, para um pensamento impessoal, coletivo e de longo prazo – mais próximo das noções e princípios da administração pública e das políticas;

As ações de Salvaguarda

Foram elaboradas 35 propostas de ação voltadas à salvaguarda das Matrizes Tradicionais do Forró para o Estado da Bahia. Como mencionado acima, as ações foram pensadas incorporando três processos: o documento produzido pelo Fórum Forró de Raiz durante o processo de Registro; os problemas e desafios produzidos durante a feitura do mapa mental coletivo, e novas ações propostas pelos detentores durante as reuniões.

As ações foram divididas de acordo com as diretrizes do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) e da Convenção de 2003 da UNESCO, ambos os documentos foram discutidos com os detentores. Muitas ações propostas pelos detentores fugiam do escopo institucional do Iphan, no entanto, antes de descartá-las, fizemos um exercício de demonstrar aos detentores que elas dependiam de uma mobilização social para atingir o objetivo proposto, articulando diferentes órgãos e instâncias governamentais para isso. Tais ações foram, portanto, categorizadas como ações de articulação institucional, dependentes de uma atuação costurada entre diferentes órgãos e mobilizada pelos próprios detentores. A maioria de tais ações está

categorizada como pertencentes ao “Eixo 1: Mobilização Social e Alcance da Política”.

É importante lembrar que logo que iniciamos as discussões para construir o presente plano de salvaguarda, a maioria dos detentores depositavam expectativas altas na atuação do Iphan junto a entes públicos e privados nas negociações dos cachês dos detentores. Houve sugestão para o Iphan regulamentar a profissão, estabelecer teto salarial e plano de carreira a ser obrigatoriamente cumprido pelos diferentes contratantes. Suas preocupações giravam em torno da crescente pauperização dos forrozeiros nas negociações com prefeituras municipais e casas particulares para suas apresentações. Isso vinha casado com o diagnóstico dos detentores sobre a descaracterização das festas juninas pela contratação de shows e artistas genéricos sem identificação com o Forró.

Após as conversas amadurecerem com relação à atuação institucional do Iphan e os limites da Política de Salvaguarda, conseguimos elaborar ações voltadas a uma salvaguarda mais impessoal, preocupada com a promoção e reprodução sustentável do bem ao longo do tempo. Para as demandas sobre cachês e contratos, nos pareceu pertinente apontar que ações voltadas a isso poderiam ser trabalhadas por meio de uma mobilização coletiva e organizada

dos forrozeiros para pressionarem por melhores condições de contratação, e que a atuação institucional do Iphan, junto aos detentores, poderia ser voltada para ações de promoção e sustentabilidade que inevitavelmente levaria para uma maior valorização dos detentores no mercado da música. Portanto, tais preocupações foram desmembradas em ações do Eixo 1 e Eixo 3, relativo à difusão e valorização do bem.

Outra questão importante que discutimos, foi a maneira como preferiam pensar sua mobilização com relação à salvaguarda. Como alguns detentores já haviam participado e presenciado a atuação do Conselho Gestor da Salvaguarda da Capoeira na Bahia, estavam com certa expectativa pela criação de um Conselho Gestor do Forró. No entanto, com o decorrer das conversas, em especial por uma grande divergência existente entre alguns participantes, começamos a entender que havia uma espécie de disputa pelo poder com relação à salvaguarda do bem. Dessa forma, chegamos ao consenso de mantermos assembleias abertas para tratar sobre a salvaguarda do Forró, contando com um acompanhamento por parte dos técnicos do Iphan, para servir como uma espécie de observatório coletivo das políticas de salvaguarda na Bahia, assim como para deliberações que venham a ser

necessárias. Por este motivo, foi proposto a Assembleia Geral da Salvaguarda do Forró, a acontecer de forma online e/ou presencial, a cada trimestre.

No Eixo 3, relativo à difusão e valorização do bem, foram pensadas diversas ações, em formatos e suportes diferenciados, que possam oferecer a promoção nacional do bem, seja em contextos educacionais como publicitários. A preocupação com a presença de informações do bem nas redes sociais também apareceu, por isso algumas ações são destinadas à produção de um portal digital do forró e de materiais audiovisuais que podem servir como subsídio a esse portal.

Com relação ao Eixo 4, “Produção e Reprodução Cultural”, os detentores se mostraram preocupados com a transmissão de saberes relativos a alguns instrumentos e músicos especializados, por esse motivo, propuseram ações voltadas tanto à produção e assistência técnica a certos instrumentos, como para a transmissão dos saberes a eles relacionados. Além disso, sugeriram a

criação de mais de um Centro de Referência ao bem, principalmente pelo caráter capilarizado do Forró na Bahia, não ficando concentrado em apenas uma cidade. Isso já foi aparente na participação de detentores de diferentes municípios baianos, alguns com grande distância entre si. Tais centros de referência poderiam oferecer um ponto de difusão e promoção do bem em diferentes municípios baianos, podendo contar também com apoio para gravação de músicas.

Outra preocupação bastante presente na fala dos detentores, foi a possibilidade de apoio para a gestão das carreiras dos grupos de forró. Muitos tem dificuldade na formalização dos grupos, na gestão financeira, prestação de contas, registro autoral das músicas, entre outras. Por esse motivo, a parceria com o SEBRAE, recém construída, poderá servir como ponto de partida para as primeiras ações nesse sentido.

Conclusão

Encaminhamos junto a este Relatório a planilha das ações de salvaguarda propostas, o mapa diagnóstico de riscos produzido em reunião com os detentores e algumas fotos do processo de elaboração das ações de salvaguarda.

Pautas e datas das reuniões

16/08

- Apresentação do dossiê
- Apresentação da politica de salvaguarda
- Proposta de cronograma

30/08

- Avaliação dos riscos, problemas e dificuldades
- Ações já realizadas
- Entidades parceiras
- Proteções legais
- Mapa mental êmico

14/09

- Construção do plano (eixos, objetivos e ações)

11/10

- Construção do plano (eixos, objetivos e ações)
- Fechamento do plano

Equipe de Trabalho

- ♦ Alessandra Gramacho – Coordenadora Regional do Fórum Forró de Raiz – artista, produtora, poeta.
- ♦ Marizete Silva do Nascimento – Presidente da Associação Asa Branca dos Forrozeiros da Bahia.
- ♦ Carlos Mateus – Coordenador do Fórum Forró de Raiz de Feira de Santana – produtor d’Os Bambas do Nordeste (1975) - Baio do acordeom.
- ♦ Thais Aragão – Coordenador do Fórum Forró de Raiz Cruz das Almas – Parte do grupo Forro Triângulo Dourado.
- ♦ Regina Galvão – parte da diretoria da Associação Cultural Asa Branca.
- ♦ Nalva Santos – membro da Associação Cultural Asa Branca, Olindina – promove encontro cultural de sanfoneiros desde 2013.
- ♦ Creusa Machado – Coordenadora do Fórum Forró de Raiz em Irecê – faz encontros de forrozeiros.
- ♦ João Amorim – diretor da Ass. Asa Branca – faz eventos e projetos do forró e possui músicas gravadas.
- ♦ Gisele Andrade (Di Andrade) - Produtora, cantora da banda Forró Menina Bonita, Administradora – Coordenação Fórum Forró de Raiz em Santo Antônio de Jesus.
- ♦ Guto Leal – sanfoneiro, Coordenador Fórum Forró de Raiz de Santa Terezinha, produtor cultura.
- ♦ Alfranke Amaral – de campina grande (PB), possui banda formada só com criança desde 2015.
- ♦ Lindivaldo Campos – especialista em gestão cultural – Diretor da Associação Cultural Asa Branca, Diretor de cultura em Ambupi, cantor.
- ♦ Larah Oliveirah – turismóloga, membro do Fórum Forró de Raiz, artista do forró.
- ♦ Joana Alves – Coordenadora Fórum Forró de Raiz.

Iphan

- ♦ Bruno Nascimento Huyer (Iphan-BA)
- ♦ Marina Leão Barreto (Iphan-BA)
- ♦ Edson Miranda Borges (Iphan-BA)



MINISTÉRIO DA
CULTURA

